

Políticas de informação para bibliotecas digitais: conceitos e componentes

ANA LÚCIA TERRA
Instituto Politécnico do Porto, Portugal

INTRODUÇÃO

Numa reflexão sobre o tema das políticas de informação nas bibliotecas digitais, torna-se fundamental um esclarecimento prévio do conceito operatório, de modo a evitar equívocos derivados da superficialidade terminológica e conceptual. Estes aspetos terão necessariamente influência sobre o âmbito de aplicação e sobre o conteúdo da expressão “políticas de informação”. Assim, para uma abordagem mais profícua sobre um domínio micro das políticas de informação, no caso específico da biblioteca digital, importa considerar o contexto mais geral das políticas de informação, numa breve resenha do seu percurso evolutivo, na sua configuração enquanto campo de estudo e âmbito de ação.

É neste cenário teórico macro que se inscreve e de onde derivam as políticas de informação formuladas e/ou praticadas nas bibliotecas digitais. De seguida, iremos procurar identificar e analisar a posição de alguns autores a propósito deste conceito operatório, expondo a nossa proposta do que devem ser os elementos constituintes do universo da política da informação da biblioteca digital e as suas componentes de acordo com um modelo processual, de índole sociotécnica.

BREVE ABORDAGEM DIACRÓNICA ÀS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

No ocidente, o período do pós II Guerra Mundial marca o início da definição formal de políticas de informação nacionais na medida em que o acesso à informação científica e tecnológica passa a ocupar um lugar central no desenvolvimento económico, sendo um pilar da inovação e condição para a competitividade. Este movimento iniciático encontra o seu vértice num documento conhecido como Relatório Weinberg, mas intitulado *Science, government, and information: the responsibilities of the technical community and the government in the transfer of information*, tendo como relator Alvin M. Weinberg, diretor do Oak Ridge National Laboratory nos EUA. Neste texto, reação americana à posição de vantagem demonstrada pela URSS com o lançamento do Sptunik (1957), sublinha-se o perigo que o crescimento exponencial da informação podia representar para a ciência, cabendo ao governo, aos profissionais da informação e à comunidade científica a responsabilidade pela transferência da informação científica e técnica. Deveremos notar que no Relatório Weinberg é sempre utilizada a expressão informação, pois é com ela que o cientista trabalha e não com o documento. A este propósito, pode ler-se:

[...] the basic problem of literature access can be considered a switching problem – switching information, not documents. The basic need is to connect each customer, as nearly as possible, to the information he needs [...] (United States. President's Science Advisory Committee, 1963, p. 30).

O modelo de política de informação científica e técnica proposto por Weinberg foi adotado e adaptado em vários países e instituições internacionais, com especial relevo para a UNESCO. Promoviam-se os serviços de informação através da criação de uma estrutura burocrática, incluindo serviços descentralizados e coordenados por um órgão de tutela, visando a configuração de um sistema em rede, e programas de execução específicos.

Apesar deste papel pioneiro do Ocidente, não deveremos esquecer que, a partir de meados da década de trinta, do século XX, Shiyali Ramamrita Ranganathan, já trabalhava na concepção e implementação de uma política nacional de informação na Índia (Grolier, 1993). De facto, este autor, a par de um trabalho inovador em bibliotecas universitárias e de uma reflexão teórica para fundamentar a Biblioteconomia em bases científicas, concebeu um sistema bibliotecário nacional para a Índia alicerçado nas bibliotecas públicas, urbanas e rurais, e numa biblioteca central nacional, mas incluindo também bibliotecas regionais que ocupariam o lugar intermédio num sistema hierárquico. Este sistema modelo inspirava-se e procurava dar cumprimento às cinco leis da Biblioteconomia formuladas pelo mestre indiano: os livros existem para serem lidos; a cada leitor o seu livro; a cada livro o seu leitor; poupar tempo ao leitor e a biblioteca é um organismo em crescimento. Em 1950, as suas orientações, apresentadas como uma lei modelo para as bibliotecas da Índia, foram publicadas pela universidade de Delhi com o sugestivo título *Library development plan: thirty years programme for India*, indicando tratar-se de um plano de longo alcance em termos temporais. Em 1964, Ranganathan editou uma versão atualizada deste plano com projeções até à década de oitenta.

No Ocidente, desde a década de sessenta até à atualidade, o âmbito de intervenção das políticas de informação foi-se alargando progressivamente (*Figura 1*). Assim, nas décadas de sessenta/setenta, a política de informação centra-se, essencialmente, nas questões relacionadas com a difusão da informação científica e tecnológica. Já nos anos oitenta, foi orientada para a implementação da infraestrutura de informação, assente nas telecomunicações. Na década seguinte, a preocupação incide, sobretudo, nos desafios da adaptação ao novo contexto da Sociedade da Informação. Portanto, o campo de intervenção das políticas de informação foi sendo ampliado porque a sua restrição aos recursos e unidades de informação, como arquivos, bibliotecas e centros de documentação, deixou de ser adequada num contexto onde a criação, difusão e transformação da informação passou a ser for-

temente dominado pela tecnologia. Tornou-se evidente que cada país necessitava de uma nova abordagem ideológico-estratégica para as políticas de informação.

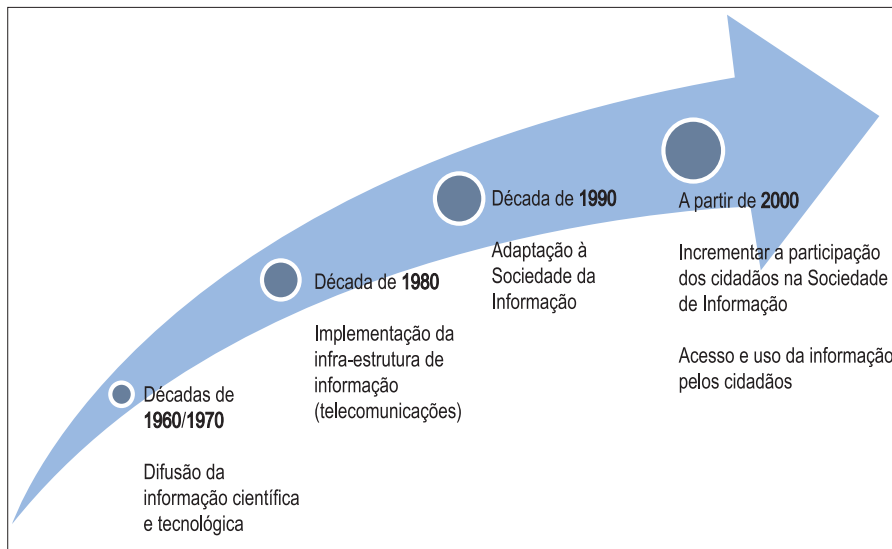


Figura 1.
Ampliação do âmbito de ação das políticas de informação

Segundo Moore (1997), na Sociedade da Informação, a abordagem às políticas de informação apresenta uma grande similitude em termos de objetivos, apesar de os mecanismos de cada Estado para os concretizar poderem diferir substancialmente. O primeiro objetivo diz respeito à criação de uma infraestrutura de telecomunicações eficiente para a comunicação dos indivíduos e das organizações. A meta será transformar essa rede num serviço universal capaz de lidar com quantidades cada vez maiores de informação digital. O segundo objetivo prende-se com a promoção da competitividade e da produtividade industrial e comercial através da utilização da informação enquanto recurso, retomando a perspectiva formulada nos anos sessenta e setenta acerca da importância da informação para o progresso global. Os ganhos de produtividade poderão decorrer de vários fatores, tais como uma

melhor aplicação da investigação para acelerar a inovação, através da informatização de processos administrativos ou através da aplicação de técnicas de gestão da informação. No entanto, para concretizar este objetivo é necessário preencher um pré-requisito que constitui, também, o terceiro objetivo das políticas de informação na Sociedade da Informação. Trata-se da necessidade de todos os indivíduos possuírem competências tecnológicas e informacionais, remetendo para a área da educação e da formação. Além disso, considera-se que a Sociedade da Informação tende a favorecer a harmonia e a coesão social. Por outro lado, as políticas de informação na Sociedade da Informação, através de infraestruturas de comunicação cada vez mais poderosas, permitirão um maior nível de informação e de participação democrática. Mas, para além deste objetivo político, deveremos, igualmente, atender a aspetos de ordem cultural, valorizando e reforçando a cultura nacional de cada país em termos internos, bem como do ponto de vista externo.

Assim, atualmente, um dos objetivos da política de informação é o desenvolvimento do sector tecnológico, em particular das tecnologias de comunicação, de telecomunicação e da informática para criar uma infraestrutura de informação considerada um motor de progresso económico e social. Neste cenário, a Internet torna-se a materialização mais visível dessa convergência e constitui, portanto, uma nova componente das políticas de informação. Mas importa novamente não esquecer que, nas economias baseadas na informação e no uso intensivo da Internet, a competitividade deriva, num grau elevado, das competências informacionais dos indivíduos, o que remete para aspetos educacionais, incluindo de literacia da informação.

Em suma, no contexto da atual Sociedade da Informação, a formulação de uma política de informação deve ter em conta quatro princípios centrais e complementares: o acesso universal, o livre acesso às redes de informação, a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e o respeito pela diversidade cultural e linguística na criação de conteúdos.

Portanto, verificamos que historicamente as políticas de informação alargaram o seu âmbito de incidência. Inicialmente, centraram-se na criação de sistemas de informação baseados em bibliotecas e arquivos. Todavia, com a progressiva aplicação das tecnologias informáticas ao tratamento da informação, passaram também a abranger os aspetos relacionados com as TIC. Esta evolução coincide, aliás, com a definição de Ciência da Informação, formulada por Silva e Ribeiro, no âmbito da qual encontramos a Biblioteconomia/Documentação, a Arquivística e os Sistemas Tecnológicos de Informação, e que tem por objeto a informação, definida nestes termos: “[...] conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registadas em qualquer suporte material [...] e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccionada.” (Silva, 2006, p. 150)

A informação apresenta-se como fenómeno – dado, facto, referência (conjunto lato de representações) – e como processo – produz-se, memoriza-se e recupera-se dinamicamente. Mas o objeto da Ciência da Informação pode e deve ser alargado ao “fenómeno info-comunicacional”. Ora, isso significa o alargamento ou pelo menos uma ênfase mais pronunciada nos aspetos relacionados com o acesso e o uso dos sujeitos que utilizam a informação e que a comunicam, transformando-a e transmitindo-a.

Esta representação epistemológica da informação como fenómeno e processo gerado, transformado, difundido e transferido por diferentes suportes e modelos tecnológicos, implica que a informação precede e “substancializa” o documento. Sublinhe-se que tal premissa não é inócua para a definição de política de informação. De facto, significa a transição de políticas de documentação, centradas na conservação dos suportes, de documentos, para políticas de informação vocacionadas para o acesso. Simultaneamente, o realce dado ao fenómeno info-comunicacional é particularmente importante para a análise da política de informação para as bibliotecas digitais, na medida em que o facilitar a difusão e o acesso à informação constituem premissas básicas destes sistemas de informação complexos.

AS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO ENQUANTO CAMPO DE ESTUDO

As políticas de informação apresentam características atípicas das outras áreas de intervenção política, como a educação ou a saúde. De facto, trata-se de uma área de intervenção política recente que não encontra eco nas reflexões dos analistas políticos tradicionais. Além disso, envolve interesses de grupos muito vastos e díspares, pelo que as medidas tomadas no campo da informação podem ter um impacto determinante noutras áreas, como, por exemplo, na investigação, na segurança ou nas questões de cidadania. Paralelamente, as políticas de informação também são influenciadas por decisões políticas noutros campos e por opções de índole não política, como o comportamento informacional dos indivíduos, as estratégias de marketing dos editores ou as escolhas das tecnologias de comunicação (Braman, 1990, p. 48-51). A este propósito, Rowlands (2003) considera que uma das características mais interessantes das políticas de informação é que elas são simultaneamente moldadas pelo mundo exterior e moldam esse mesmo mundo. Apresentam-se como uma variável dependente e independente, em áreas muito díspares.

Apesar desta constatação, alguns autores optam por focalizar as políticas de informação num campo único. Arnold (2004), ao tratar da importância das políticas de informação para os países em desenvolvimento, centra a sua atenção exclusivamente nos aspetos económicos. Outros autores, como Orna (1999) ou Karni (1983), optam por tratar as políticas de informação numa abordagem organizacional.

Esta pluralidade sustenta a visão muito crítica de Browne (1997a, p. 270) relativamente à definição do âmbito das políticas de informação, enquanto campo de estudo, afirmando que “[...] there is a feeling of discomfiture in a field in which researchers are unable to even broadly indicate the substance of what it is they desire to study”. Mas também Kajberg e Kristiansson (1996, p. 5) partilham esta opinião sintetizando-a de forma muito clara:

“There is an evident lack of consensus of what constitutes the core of information policy [...] what is missing is a coherent theoretical framework”.

No entanto, do nosso ponto de vista, apesar de as políticas de informação se apresentarem como uma área de intervenção e de estudo muito vasta, é indiscutível a sua existência enquanto tal. Afigura-se-nos, por isso, ser mais proveitoso considerar as políticas de informação como uma área específica de reflexão e de ação, importando refletir sobre o seu âmbito a partir das propostas de alguns autores.

ALGUMAS PROPOSTAS SOBRE O ÂMBITO DAS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

Numa abordagem marcadamente pragmática, Wesley-Tanasković (1985), Atherton (1977) e Montviloff (1990) entendem que criação de um sistema de informação constitui o âmago das políticas de informação. Estes autores, que trabalharam sob a égide da UNESCO, desenvolveram investigação e publicaram manuais para a conceção e implementação de sistemas nacionais de informação, base para a estruturação de um sistema mundial. De acordo com Montviloff (1990), as políticas de informação constituem orientações destinadas a conceber uma estratégia e formular programas de desenvolvimento e de utilização dos recursos, dos serviços e dos sistemas de informação, incluindo nesta designação apenas as unidades documentais tradicionais (bibliotecas, centros de documentação e arquivos), com recurso aos sistemas tecnológicos. Estas políticas são formuladas através de “instrumentos de intervenção”, agrupados em três categorias: instrumentos jurídicos (constituições, leis, regulamentos, tratados internacionais, entre outros), instrumentos profissionais (códigos de conduta, códigos deontológicos, reflexões, etc.) e instrumentos culturais (costumes, tradições ou valores sociais). Teremos micropolíticas, se forem relativas a um organismo ou a uma instituição, e macropolíticas, se

o contexto de aplicação for nacional, regional ou internacional. Mas, em qualquer dos níveis, o enfoque vai para o acesso à informação que deve servir todos os intervenientes do sistema económico e social, disponibilizando informação atualizada, pertinente e fiável, apresentada como condição para o progresso.

O âmbito das políticas de informação diz respeito à coordenação de componentes relacionadas com a informação e que geralmente carecem de uma abordagem global em termos nacionais. Todos os trabalhos realizados sob a égide da UNESCO estavam orientados para a criação de um supersistema em rede de informação mundial, de apoio à investigação científica e tecnológica, como base para o desenvolvimento económico e social de todos os países, mas em particular dos países em vias de desenvolvimento. Não poderemos deixar de notar alguma similitude entre este intento e a visão de Paul Otlet para a criação de um sistema mundial de informação, sobretudo se recordarmos os programas de Controlo Bibliográfico Universal e de Acesso Universal aos Documentos promovidos pela UNESCO.

Numa abordagem distinta, outros autores sublinham o âmbito sociotécnico das políticas de informação. Maxwell (2003) apresenta-as como “[...] social, political, legal, economic and technological decisions about the role of information in society. These decisions operate both at societal level when applied to national and international policy, and at an instrumental level as they impact the creation, dissemination, use and preservation of information”. Esta definição procura sintetizar a complexidade inerente às políticas de informação, enfatizando a diversidade de formas que as podem materializar, desde preceitos constitucionais, leis governamentais ou jurisprudência aplicáveis a campos tão diversos como o comércio, a implementação e o uso de tecnologias ou opções para a criação e acesso à informação. Por outro lado, as políticas de informação envolvem uma multiplicidade de atores, com preocupações e interesses muito díspares, e apresentam uma natureza sociotécnica evidente, implicando um relacionamento dinâmico entre os atores sociais e os aspetos instrumentais como as tecnologias.

As teorias cognitivas e sociocognitivas da Ciência da Informação poderão dar um contributo útil para aprofundar as vertentes humanas e sociais inerentes à política de informação. Esta conceção é particularmente relevante numa sociedade onde os indivíduos são chamados a terem cada vez mais obrigações e direitos e, por isso, necessitam de estar devidamente informados. Sem um acesso adequado à informação, os sujeitos não estarão habilitados a desempenhar na plenitude o seu papel de cidadãos, não podendo igualmente aproveitar todas as vantagens que essa cidadania lhes pode oferecer. A componente tecnológica no âmbito das políticas de informação deve ser repensada atendendo a que o recurso crítico é a informação e não a estrutura tecnológica que é utilizada para a manipular. Naturalmente, ao atender aos aspetos sociais, será importante examinar as necessidades individuais e as da sociedade no seu geral, de maneira a que as políticas de informação respondam a ambas as vertentes de forma equilibrada. Não deveremos esquecer que essas necessidades são variadas, existindo frequentemente conflitos entre elas. Assim, por exemplo, poderão ocorrer conflitos entre o desejo de certos sectores para promoverem um acesso sem restrições à informação e a pretensão de outros grupos de limitar esse acesso a fim de salvaguardar direitos de autor ou para proteger a segurança nacional. A política de informação deverá entender estas preocupações, necessidades e interesses, equilibrando-os de forma razoável.

Em alguns países, sobretudo durante os anos oitenta, as políticas de informação ficaram circunscritas à criação de uma infraestrutura de telecomunicações. De qualquer forma, a política de informação e a infraestrutura de telecomunicações são interdependentes. Uma boa infraestrutura nacional de telecomunicações pode ajudar a promover a criação de uma política de informação. Inversamente, também é verdade que a formulação de uma política de informação pode constituir uma base sólida para a criação de uma infraestrutura nacional de telecomunicações adequada. A componente tecnológica está tão imbricada nas políticas de informação que é difícil ou mesmo desnecessário estabelecer uma

fronteira estanque entre a política tecnológica e a política de informação. Assim, naturalmente, ambas as vertentes deverão ser analisadas na sua globalidade conjunta. De facto, num contexto de crescimento exponencial da informação, a política de informação não pode ignorar a tecnologia que suporta a criação, o tratamento e a recuperação da sua matéria-prima.

A atenção aos aspetos sociais e aos indivíduos é fundamental no contexto da Sociedade da Informação, pois é através da utilização pessoal de cada um que a informação se multiplica. Neste sentido, convém assegurar a inserção de todos cidadãos na Sociedade da Informação, nomeadamente através da inclusão digital, na vertente cognitiva e tecnológica. Por outro lado, a informação afeta as relações sociais de duas formas inquestionáveis. Por um lado, a informação serve de mediador nas relações interpessoais, pois é com base nela que se estabelecem relações entre os indivíduos ou entre as organizações. Além disso, mudanças na posse da informação ou nos seus canais de circulação podem modificar as relações entre as pessoas ou as instituições, os governos ou as nações.

Ao atender aos aspetos sociotécnicos, deveremos também realçar que o próprio contexto social, político e económico condicionam a formulação ou até a inexistência de políticas de informação. Aliás, como é natural, cada país aborda a política de informação nacional com base na sua própria tradição cultural, legal, de acordo com a sua estrutura social, económica e política e consoante as influências externas que recebe e a forma como as assimila. Como notou Morales (1999) a propósito da realidade Mexicana, “The information policies we will establish will be closely related to the general policies of each country, with public policies pertaining to education and cultures, and the historical and the social realities of the nation itself [...]”.

Já Overman e Cahill (1990) consideram que o âmbito das políticas de informação abrange uma estrutura normativa que obedece a dois tipos de perspectivas, as restritivas e as distributivas, dentro das quais se distribuem sete valores: o acesso e a liberdade, a privacidade, a abertura, a utilidade, o equilíbrio custo-benefício, o segredo e a segurança, além da propriedade intelectual.

As questões do acesso e da liberdade são inerentes ao bom funcionamento da democracia porque os cidadãos necessitam de estar bem informados. No entanto, os direitos de acesso, plasmados na legislação de muitos países, sofrem tensões consideráveis, devido à necessidade de compatibilizar as vertentes da segurança e da liberdade de acesso à informação. A privacidade é um dos valores comuns aceites pelas sociedades democráticas, apesar de também haver incompatibilidades entre as necessidades de informação do governo e da sociedade e o direito individual de cada cidadão à salvaguarda da sua privacidade. Já a abertura diz respeito ao direito dos cidadãos de tomarem conhecimento dos processos de decisão do governo. Por seu lado, a utilidade refere-se à informação coletada pelo Estado para servir fins específicos, os quais devem determinar o que é recolhido e conservado. O equilíbrio custo-benefício assume que a informação tem um valor económico o que pode levantar problemas na coordenação entre o interesse público e os interesses comerciais, nomeadamente quanto à informação na posse do Estado. O segredo e a segurança constituem dois valores centrais, sobretudo quanto à informação do Estado. Por fim, a propriedade intelectual e o respeito pelos direitos dela derivados constitui outro valor fundamental que também coloca em questão o equilíbrio entre os interesses individuais e da sociedade e os interesses comerciais.

Partindo de uma análise bibliométrica da produção científica relativa às políticas de informação, Rowlands desenvolveu uma reflexão consistente e numerosa sobre este campo. Nos seus últimos textos sobre a matéria (Rowlands, 2003a, 2003b), considera tratar-se de uma área temática e de intervenção complexa, que deve ser abordada com um elevado grau de abrangência e numa perspectiva de inclusão. Em termos de âmbito, defende que as políticas de informação envolvem nove grandes tópicos: políticas e práticas governamentais sobre a gestão de recursos de informação, políticas de telecomunicações e de radiodifusão, políticas internacionais de comunicação, políticas de difusão da informação, confidencialidade e privacidade da informação, regulação e criminalidade informática, propriedade intelectual, política bibliote-

conómica e arquivística bem como disseminação da informação da administração pública. De modo a tornar mais inteligível a área, Rowlands delineou um modelo para categorizar as políticas de informação estruturado em dois eixos (abertura *vs* controlo e regulação dos mercados *vs* controlo do Estado) por onde se distribuem cinco clusters (A. proteção da informação, B. mercados da informação, C. radiodifusão e telecomunicações, D. acessibilidade à informação governamental, E. sociedade e infraestrutura da informação). Aplicando este modelo, a análise dos valores, da ética e do contexto legal regulador das políticas de informação será mais esclarecedora.

Pelos parágrafos anteriores, fica patente que existe uma produção literária abundante sobre o tema das políticas de informação. No entanto, apesar desta abundância em termos editoriais há a necessidade reflexões consistentes sobre os fundamentos teóricos, o âmago e a construção das políticas de informação. Trata-se de um trabalho em desenvolvimento que pode ser concretizado em contextos diversos. De seguida e depois desta digressão conceptual e teórica, procura-se refletir sobre as políticas de informação para a realidade específicas das bibliotecas digitais.

POLÍTICA DE INFORMAÇÃO NA BIBLIOTECA DIGITAL

Introdução ao uso do conceito

Apesar da abundante literatura sobre bibliotecas digitais, com as mais variadas origens em termos de áreas de estudo, e quer digam respeito a análises teóricas ou a casos práticos, a temática específica da política de informação não é tratada aprofundadamente, nem do ponto de vista concetual nem de conhecimento das práticas verificadas nas bibliotecas digitais existentes. Um levantamento das políticas formais definidas e aplicadas para os principais projetos de bibliotecas digitais, quer de âmbito organizacional, temático ou nacional, seria um ponto importante para o conhecimento das orientações ideológicas e dos objetivos

desta área. O mesmo se aplicaria a uma identificação das políticas informais. Também a definição dos intervenientes criadores das políticas de informação para a biblioteca digital constituiria um contributo valioso para a sustentação de projetos novos e reconfiguração dos já existentes. Note-se, aliás, que, apesar desta situação, alguns títulos de monografias e de artigos ostentam a expressão política da biblioteca digital mas não abordam aspetos como as componentes dessa política, o âmbito de aplicação, os intervenientes na sua elaboração ou o processo global de conceção, formulação, aplicação e avaliação dessa política.

As abordagens às bibliotecas digitais têm sido essencialmente de ordem prática, orientadas para a criação de coleções de recursos e serviços digitais. A atenção com aspetos conceptuais, teóricos e ideológicos tem sido diminuta. Neste cenário, compreende-se a existência de uma reflexão escassa sobre o meta-domínio da política de informação. Isto não invalida que a biblioteca digital seja pouco mais do que um contentor para um conteúdo caso não tenha uma política. É a política que torna a biblioteca digital viável, conferindo-lhe estrutura interna e situando-a num espaço informacional externo (Innocenti; *et al.*, 2011). Assim, a política de informação da biblioteca digital deve ser encarada como uma racionalização intelectual que enquadra a conceção e o funcionamento da biblioteca digital, nas suas relações internas e externas. Todos os níveis da biblioteca digital têm de absorver e operacionalizar as ideologias e orientações da política (intrínseca e extrínseca). Aliás, como demonstrou Dalbello (2008), as bibliotecas digitais concebidas e existentes no espaço europeu foram claramente marcadas pelas orientações políticas de nível macro, tomadas ao nível da Comissão Europeia, e de nível organizacional, definidas no contexto das diversas bibliotecas nacionais que as promoveram. As políticas nacionais constituem outra influência decisiva para as bibliotecas digitais, tal como foi evidenciado por Joint (2009) para o caso dos modelos de acesso à produção académica de dissertações e teses, no Reino-Unido e nos EUA.

Além disso, deve notar-se que os poucos trabalhos relacionados com a política de informação para as bibliotecas digitais

centram o seu foco em questões técnicas e tecnológicas, sendo quase inexistentes as abordagens com preocupações organizacionais e semânticas. A política de preservação (Smith; Moore, 2007) e a política de interoperabilidade (Innocenti; Vullo; Ross, 2010; Innocenti *et al.*, 2011) constituem as duas áreas mais estudadas, visando a formulação de regras e procedimentos para garantir o acesso a longo prazo dos frágeis artefactos da biblioteca digital e criar condições de comunicabilidade tecnológica entre diferentes bibliotecas digitais.

Como assinalado por Innocenti *et al.* (2011, p. 112), no contexto das bibliotecas digitais, a palavra política tem associada a si uma grande carga polissémica, carecendo de um significado claro e esclarecedor, já que abrange uma significativa gama de documentos que a materializam, campos de aplicação diversos e níveis de conceptualização e de operação:

In real-world digital libraries, policies are usually packages of rules and guidelines, with background information, implementations details and consequences, that are used to conduct businesses in a orderly manner these definitions encompass different types of policies, e.g., management and funding policies, copyright policies (on content and on metadata), privacy policies, security policies, business rules and quality of service specifications, and collection development policies.

Nesta aceção, a política de informação pode ser considerada como um meta-conceito capaz de assimilar perspectivas distintas, encaradas frequentemente de modo isolado apesar das suas ligações implícitas e explícitas.

Pré-requisitos de uma política de informação para a biblioteca digital

Um cuidado importante a ter na definição da política de informação para a biblioteca digital diz respeito ao seu âmbito socio-técnico. Kajberg e Kristiansson referiam isso mesmo, criticando a

ênfase excessiva nos aspetos tecnológicos das políticas de informação globais, nos seguintes termos:

Until recently many approaches to information policy-making have been one-sided in that they have mainly adhered to the purely technological aspect. Information policy makers have ignored the fact that the technology does not exist in a vacuum but a technological practice must be viewed as an interaction between cultural, organizational and technical aspects (Kajberg; Kristiansson, 1996, p. 8).

Considerando a biblioteca digital como uma rede de ferramentas tecnológicas, conteúdos e serviços que podem ser localizados e acedidos remotamente, apresentando como características o fato de toda a sua informação ser digital, estar conectada em rede, ter catálogos públicos em linha, permitir o acesso remoto a recursos de informação de outras bibliotecas ou repositórios e oferecer acesso universal a documentos digitais (Torres Vargas, 2005), a componente tecnológica é primacial mas não pode ser isolada da sua inserção social. A biblioteca digital não pode ser pensada, construída e utilizada apenas como um armazém de metadados e de itens de informação, com funcionalidades de pesquisa e de acesso à informação. Nesse caso, as bibliotecas digitais não constituirão mais do que motores de pesquisa especializados. À semelhança das bibliotecas tradicionais, as bibliotecas digitais devem ser o reflexo das comunidades às quais se dirigem, selecionando recursos e desenvolvendo serviços em consonância com a sua missão. Mas libertada dos constrangimentos físicos, a biblioteca digital deve orientar-se para a construção de um ambiente informacional destinado à partilha de saber, através da criação, por parte dos utilizadores, de anotações, de relações entre recursos, de comentários e resumos, formando não só utilizadores-leitores mas também utilizadores-contribuidores/produtores (Lagoze, 2005).

Meghini, Spyrtatos & Yang (2010) estipulam que para se falar de biblioteca digital é necessária a existência de um conjunto de objetos digitais e de serviços que facultem o acesso e a utilização repetida por parte dos utilizadores. Estes deverão poder realizar

as seguintes tarefas no contexto da biblioteca digital: criar objetos novos e complexos através da reutilização de objetos pré-existentes enquanto conteúdos, proporcionar representações de um objeto criado, descrever objetos de acordo com um vocabulário selecionado, descobrir objetos a partir dos conteúdos ou das suas representações, visualizar representações, de conteúdos ou das descrições de um objeto, e identificar objetos de interesse, podendo atribuir-lhes uma identidade.

A biblioteca digital cumprirá assim uma missão orientada para o que poderemos apelidar de “inteligência informacional” (Boisvert, 2010), numa derivação da inteligência emocional tal como definida por Coleman, proporcionando conteúdos organizados, explorados e aproveitados através de serviços que maximizam as sinergias entre os produtores e os utilizadores da informação, favorecendo um ciclo contínuo de produção do conhecimento com redes de partilha total de trabalho, recursos e resultados.

O universo da política de informação na biblioteca digital

De acordo com Gonçalves (2004), as bibliotecas digitais são sistemas de informação complexos que necessitam de fundações formais. Assim, as políticas de informação apresentam-se como uma componente nuclear para compreender e estruturar as relações de complexidade existentes entre os elementos da própria biblioteca digital e o seu meio-ambiente. Aliás, na perspetiva deste autor, as políticas remetem para os aspetos socioeconómicos e legais que enquadram a biblioteca digital, pelo que interessam essencialmente para as relações extrínsecas da biblioteca. É, por exemplo, neste âmbito que se determinam as comunidades de utilizadores da coleção. Mas também as relações intrínsecas são consideradas, quando refere que as políticas se aplicam às categorias de documentos a integrar ou a serviços específicos, como a autenticação ou a escolha de protocolos.

No *Digital Library Manifesto*, desenvolvido no âmbito do DELOS Network of Excellence on Digital Libraries e publicado em

2007, os conceitos estruturantes do universo da biblioteca digital incluem a arquitetura, os utilizadores, os conteúdos, as funcionalidades, a qualidade e a política (Candela, *et al.*, 2007). O âmbito da política é, em termos gerais, o que Gonçalves definiu em 2004. Engloba políticas intrínsecas e extrínsecas à biblioteca digital, criadas de raiz ou resultantes da redefinição de políticas já existentes. Poderemos notar que a política é uma das características da biblioteca digital mas é igualmente uma condição de existência da própria biblioteca, o que só poderá ser entendido se incluirmos aqui as políticas implícitas e não apenas as explícitas. Neste sentido, o DELOS apresenta o conceito de “política” como representando “set or sets of conditions, rules, terms and regulations governing interaction between the Digital Library and users, whether virtual or real” (Candela, *et al.*, 2007).

Os utilizadores devem ser entendidos como todos os atores (humanos ou máquinas) que interagem no cenário da biblioteca digital, onde se estabelece a relação entre esses atores e a informação, favorecendo a sua capacidade de uso e transformação criativa, no intuito de gerar nova informação. Trata-se de um conceito abrangente que inclui a gestão desses atores, os seus direitos, os perfis personalizados de cada tipologia ou a sua colaboração. No universo da biblioteca digital, são identificados quatro tipos complementares de papéis para os seus atores: de utilizador final, de administrador do sistema, de designer e quem desenvolve aplicações para a biblioteca digital.

Já o conceito de funcionalidade envolve todos os serviços que a biblioteca digital proporciona aos seus diferentes tipos de utilizadores e requisitos específicos dos recursos de informação que constituem a coleção.

Os conteúdos incluem todos os dados e informação que a biblioteca digital contém e que estão disponíveis para os utilizadores, integrando objetos de informação em todas as suas vertentes (objetos primários, objetos complexos, identificadores, descrições e metadados).

A qualidade diz respeito aos parâmetros que podem ser usados para caracterizar e avaliar o conteúdo e o comportamento da

biblioteca digital. A qualidade pode estar associada ao conteúdo, às funcionalidades ou aos objetos e serviços de informação da biblioteca digital. Os parâmetros serão de natureza objetiva ou subjetiva.

Por fim, a arquitetura constitui o mapa das funcionalidades e dos conteúdos da biblioteca digital, proporcionados através de hardware e de software, incluindo os aspetos de interoperabilidade.

Nesta configuração do universo da biblioteca digital, delineado pelo DELOS, importa ainda distinguir com rigor três noções nucleares: biblioteca digital, sistema da biblioteca digital e sistema de gestão da biblioteca digital. Trata-se de três “sistemas” distintos que no seu conjunto integrado constituem o universo da biblioteca digital. A biblioteca digital é definida como “A possibly virtual organization that comprehensively collects, manages, and preserves for the long term rich digital content, and offers to its user communities specialized functionality on that content, of measurable quality and according to codified policies” (Candela, *et al.*, 2007). Sublinhe-se que são identificadas apenas as políticas codificadas, portanto, formais e explícitas, o que se afigura redutor, na medida em que não atende à cultura e práticas instituídas, não materializadas num discurso oficial assumido. O sistema da biblioteca digital compreende um software que assenta numa determinada arquitetura e proporciona as funcionalidades requeridas. O sistema de gestão da biblioteca digital corresponde a um software de sistema que proporciona a estrutura adequada para criar e gerir o sistema de biblioteca digital incorporando as funcionalidades básicas das bibliotecas digitais e permitindo a integração de software adicional para funcionalidades mais avançadas ou específicas.

Na continuidade do DELOS, o DL.org Project concebe a política de informação da biblioteca digital como uma especificação das políticas de informação: “[...] policies and practices that are established and implemented by digital libraries regarding the creation, organization, use and dissemination of the knowledge are themselves information policies and they have a tremendous

impact on the accessibility of information contained in those digital libraries” (Innocenti; Vullo; Ross, 2010, pp 31-32). Nesta aceção, a política de informação involucra as fases do ciclo de vida da informação/conhecimento na biblioteca digital (criação, organização, uso e disseminação) pelo que tem uma existência operacional, através do estabelecimento de regras e condições de funcionamento, não podendo ficar-se por uma conceção teórica, influenciando diretamente o acesso aos recursos informacionais da biblioteca digital.

No documento sùmula das opções teóricas e metodológicas assumidas pelo DL.org project, o conceito de política da biblioteca digital é apresentado como “[...] the set or sets of conditions, rules, terms and regulations governing every single aspect of the Digital Library service including acceptable user behaviour, digital rights management, privacy and confidentiality, charges to users, and collection formation” (Candela, 2011, p. 21). O mesmo documento, numa interessante esquematização através de mapa conceptual, mostra o domínio da política como categorizável consoante as suas características ou o seu âmbito. Do ponto de vista das características, o modelo distingue oito subclasses bipolares: política extrínseca *vs* política intrínseca, política implícita *vs* política explícita, política prescritiva *vs* política descritiva e política imposta *vs* política voluntária. Quanto ao âmbito, a política pode direcionar-se para o sistema como um todo, sendo uma “política sistémica”, ou para domínios específicos da biblioteca digital, como por exemplo, no caso da política para os utilizadores ou da política para os conteúdos (Candela, 2011).

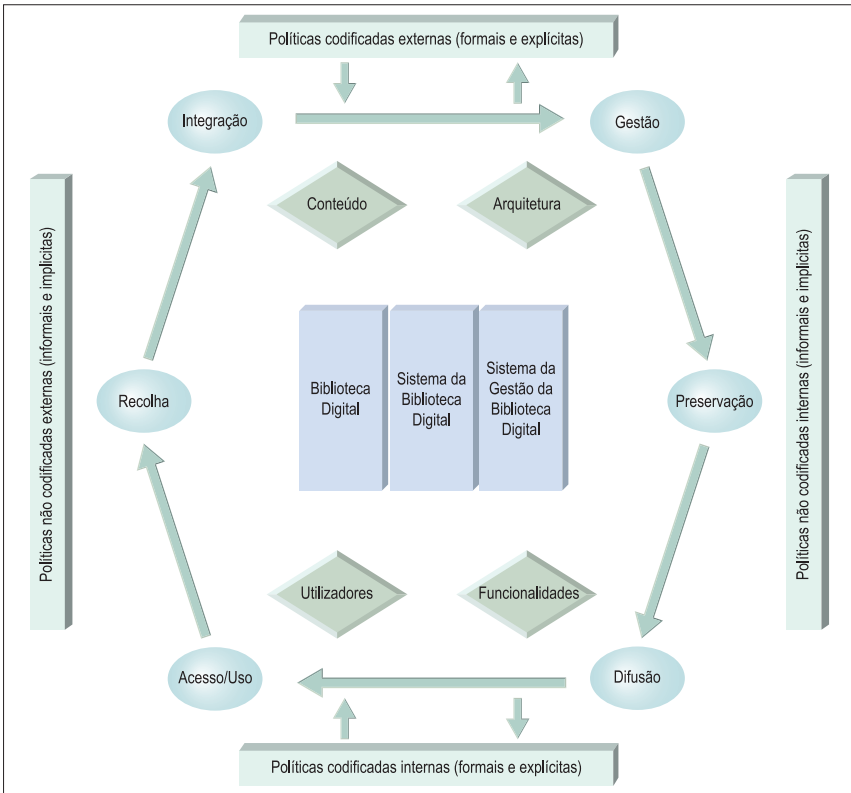


Figura 2.

O universo da política de informação na biblioteca digital

Conjugando quatro conceitos estruturantes da biblioteca digital (a arquitetura, os utilizadores, os conteúdos, as funcionalidades) e as noções centrais de biblioteca digital, sistema da biblioteca digital e sistema de gestão da biblioteca digital com políticas codificadas (formais e explícitas) externas e internas e políticas não codificadas (informais e implícitas) externas e internas, no ciclo contínuo das etapas de vida da informação (recolha, integração, gestão, preservação, difusão e acesso/uso), pode desenhar-se o universo da política de informação na biblioteca digital (*Figura 2*).

Componentes da política de informação da biblioteca digital: proposta preliminar

Partindo dos conceitos identificados no universo da política de informação da biblioteca digital, obtém-se uma base para a identificação das componentes dessa política, as quais poderão constituir uma base de trabalho a ser usada como matriz para a elaboração de uma política formal ou para identificar e orientar políticas informais. Pode ainda ser um instrumento útil enquanto grelha de levantamento e de análise de políticas formais e informais existentes em bibliotecas digitais.

Contudo, este, ou qualquer outro modelo, deve ser avaliado no contexto real de cada biblioteca digital, da entidade promotora e do seu meio-ambiente geral e específico. Deverá atender aos interesses de todas as partes envolvidas, considerando a forma como os atores da biblioteca digital reagem à sua aplicação. Importa ainda averiguar a sua capacidade para criar um quadro conceptual, ideológico e organizacional da biblioteca considerando as suas características multidimensionais, numa abordagem integradora que ultrapasse a fragmentação.

Para definir o conceito de política de informação, alguns autores (Benkler, 1998; Browne, 1997b; Hernon; Relyea, 2003) optam por enfatizar o ciclo de vida da informação. O mesmo pode ser feito com proveito para o ciclo de vida específico da informação na biblioteca digital. Este ciclo de vida é configurado por seis etapas encadeadas (recolha, integração, gestão, preservação, difusão e acesso/uso), as quais se organizam em processos e atividades específicas, numa dinâmica que enquadra e é enquadrada pelas quatro entidades “naturais” da biblioteca digital (conteúdo, arquitetura, funcionalidades e utilizadores), no cenário da biblioteca digital, do sistema da biblioteca digital e do sistema de gestão da biblioteca digital.

Para uma tentativa de identificação das componentes da política de informação da biblioteca digital, as etapas do ciclo de vida da informação são úteis na definição dos parâmetros desta política porque têm capacidade para integrar as perspetivas humana,

organizacional e tecnológica. Esta foi já uma opção seguida em parte por Green, Macdonald & Rice (2009) no guia para formulação de uma política em repositórios institucionais. Os autores consideraram o âmbito de cobertura do repositório, os metadados, a integração, o acesso, a preservação e a eliminação de recursos. Portanto, este modelo para a formulação de uma política para repositórios não se cinge ao ciclo de vida da informação, mas considera já algumas dessas etapas. De seguida, iremos procurar especificar esse modelo de acordo com o ciclo de vida da informação na biblioteca digital (*Figura 3*), considerando o universo identificado na *Figura 2*.

No que concerne à recolha, cabe aqui explicitar as áreas temáticas da biblioteca digital, as tipologias informacionais, os formatos, bem como o volume ou o tamanho dos ficheiros a incluir. Também as opções relativas à infraestrutura tecnológica de armazenamento devem ser consideradas neste cluster. Na integração importa estabelecer os atores da biblioteca digital que podem alimentar a coleção (membros acreditados mediante critérios pré-definidos, funcionários da biblioteca digital, etc.), escolha das modalidades de submissão de novos conteúdos ou ponderar a necessidade de existência de um moderador dos conteúdos integrados. A responsabilidade sobre a legalidade e a qualidade dos materiais integrados deve ficar explícita e é geralmente um ónus dos autores. Importa também refletir sobre a avaliação prévia dos conteúdos que são apresentados para submissão e sobre a pertinência de um período de embargo para certos tipos de recursos. Os metadados são igualmente uma parte essencial a considerar na componente da integração. A atribuição da responsabilidade pela criação de metadados administrativos, descritivos, técnicos, estruturais ou de preservação representa um elemento essencial para o cumprimento das funcionalidades da biblioteca digital.

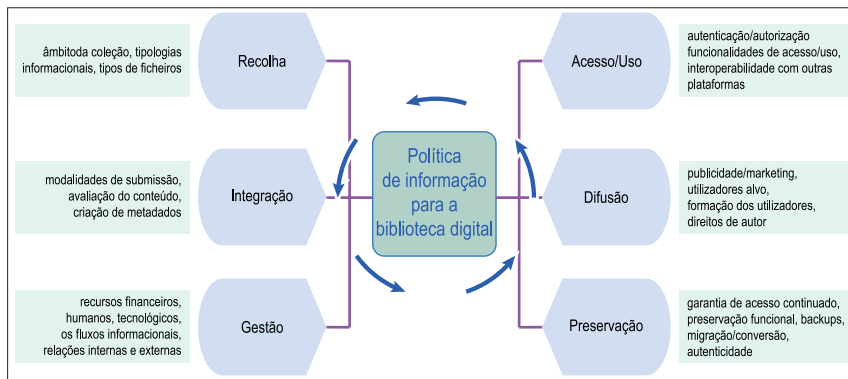


Figura 3.
Componentes da política de informação da biblioteca digital

A gestão terá de incidir sobre os recursos financeiros, humanos, tecnológicos e sobre os fluxos informacionais. Terá de definir os requisitos do software do sistema de gestão da biblioteca digital que dará corpo ao sistema da biblioteca digital. Aqui serão ainda configurados os papéis dos atores da biblioteca digital e a estrutura organizacional em que se enquadram, com as respectivas relações hierárquicas. As interações com outras entidades externas à biblioteca digital serão consideradas neste cluster, incluindo as condições de interoperabilidade que permitiram o diálogo tecnológico e semântico.

A preservação dos artefactos integrados na biblioteca digital garante o seu acesso continuado e representa um aspeto crucial da política de informação. Importará considerar aspetos de preservação funcional incluindo opções relativamente às condições de backups, de migração, de reconversão, entre outras. A opção fundamentada por um modelo de preservação constituirá também um item importante. Os requisitos para a garantia de autenticidade e de confiabilidade dos registos poderão igualmente ser pensadas neste cluster.

Na difusão deverão ser considerados aspetos como a publicidade e marketing da biblioteca digital, a definição dos grupos-alvo, a sua formação para o uso dos serviços e recursos disponíveis, os

requisitos de usabilidade, incluindo os adequados para pessoas com necessidades especiais, e o respeito pela legislação do direito de autor e copyright.

Por último, no cluster do acesso/uso, terão cabimento as questões relacionadas com a autenticação e autorização de acesso dos utilizadores da biblioteca digital, as opções de download, com a existência de funcionalidades para criar uma área de utilizador ou a interoperabilidade com outras bibliotecas digitais, integrando recursos.

CONCLUSÃO

A política é inerente à biblioteca digital permeando-a transversalmente desde a sua conceptualização até ao funcionamento. Neste pressuposto, a política de informação da biblioteca digital tem de ser concebida e aplicada como um plano de desenvolvimento e de concretização global, integrando e coordenando componentes diversas num sistema multidimensional complexo. Aqui, o elemento tecnológico não constitui uma componente isolada porque ele está imerso e configura o universo da biblioteca digital na sua totalidade, o que implica que não deva ser considerado isoladamente.

Atualmente, o grau de formalização das políticas das bibliotecas digitais é pouco significativo, restringindo-se a áreas parcelares, como a preservação, a interoperabilidade ou a segurança. Assim, um dos desafios para a política de informação de qualquer biblioteca digital será não apenas uma formulação mas igualmente uma implementação global e integradora. Isso implicará uma dinâmica constante de adaptação entre as suas componentes e o meio-ambiente externo, fundamentada numa abordagem socio-técnica propícia para a sustentação de um quadro concetual e ideológico da projeto da biblioteca digital. Será uma infraestrutura teórica capaz de integrar as perspetivas tecnológica, organizacional e humana da biblioteca digital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arnold, Anna-Maria, “Developing a national information policy: considerations for developing countries”, *The international information & library review*, Núm. 2 (2004), pp 199-207.
- Atherton, Pauline, *Manuel pour les systèmes et services d’information*, Paris: UNESCO, 1977.
- Benkler, Yochai, *The commons as a neglected factor of information policy* [on line], disponível na: <http://www.benkler.org/commons.pdf>, presentation at the 26th Annual Telecommunications Research Conference, Oct. 3-5, 1998 [acedido 17.07.2012].
- Boisvert, Danielle, dir. De, *Le développement de l’intelligence informationnelle: les acteurs, les défis et la quête de sens*, Montréal: Éditions ASTED, 2010.
- Braman, Sandra, “The unique characteristics of information policy and their US consequences”, en Blake, V.; Tjoumas, R., eds., *Information literacies for the twenty-first century*, Boston, Ma: Hill, 1990, pp 47-77.
- Browne, Mairéad, “The field of information policy: 1: fundamental concepts”, en *Journal of information science*, Vol. 23, Núm. 4 (1997a), pp 261-275.
- Browne, Mairéad, “The field of information policy: 2: redefining the boundaries and methodologies”, en *Journal of information science*, Vol. 23, Núm. 5 (1997), pp 339-351.
- Candela, Leonardo; *et al.*, “Setting the foundations of digital libraries: The Delos Manifesto”, en *D-Lib Magazine* [Em linha]. Vol 13, Núm. 34 (2007), disponível na: <http://www.dlib.org/dlib/march07/castelli/03castelli.html>, [acedido 17.07.2012].

- Candela, Leonardo; *et al.*, “The Digital Library Reference Model”, [on line], abril 2011, disponível na: <http://bscw.research-infrastructures.eu/pub/bscw.cgi/d222816/D3.2b%20Digital%20Library%20Reference%20Model.pdf>, [acedido 17.07.2012].
- Dalbello, Marija, “Cultural dimensions of digital library development, part I: theory and methodological framework for a comparative study of the cultures of innovation in five European national libraries”, en *The library quarterly*. Vol. 78, Núm. 4 (2008), pp 355-395.
- Gonçalves, Marcos André, *Streams, Structures, Spaces, Scenarios, and Societies (5S): A Formal Digital Library Framework and Its Applications* [em linha], 2004. Dissertação de doutoramento apresentada à Virginia Polytechnic Institute and State University, disponível em: <http://scholar.lib.vt.edu/theses/available/etd12052004135923/unrestricted/MarcosDissertation.pdf>, [acedido 09.07.2012].
- Green, Ann; Macdonald, Stuart; Rice, Robin, *Policy-making for research data in repositories: a guide* [on line], 2009, disponível em: <http://www.disc-uk.org/docs/guide.pdf>, [acedido 18.07.2012].
- Grolier, Eric de, “Perspectivas en política bibliotecaria y de información y la herencia de Ranganathan”, en *Boletín de ANABAD*. Vol. XLIII, Núm. 1 (1993), pp 69-83.
- Hernon, Peter; Reyla, Harold C., “Information policy”, en drake, Miriam A., *Encyclopedia of library and information science*, 2nd ed. New York; Basel: Marcel Dekker, 2003, Vol. 2, pp 1300-1315.
- Innocenti, Perla; *et al.*, “Towards a holistic approach to policy interoperability in digital libraries and digital repositories”, en *The international journal of digital curation*, Vol. 6, Núm. 1 (2011), pp 111-124.

Biblioteca Digital Académica en Bibliotecología...

- Innocenti, Perla; Vullo, Giuseppina; Ross, Seamus, “Towards a digital library policy and quality interoperability framework: the DL.org Project”, en *New Review of Information Networking*, Vol 15, Núm. 1 (2010), pp 29-53.
- Joint, Nicholas, “Online digital thesis collection and national information policy”, en *Library review*, Vol. 58, Núm. 8 (2009), pp 562-568.
- Kajberg, Leif; Kristiansson, Michael, “An overview of the field of information policy”, en *International forum on information and documentation*, Vol. 21, Núm. 1 (1996), pp 5-9.
- Karni, Reuven, “A methodological framework for formulating information policy”, en *Information & management*, Vol. 6, Núm. 5 (1983), pp 269-280.
- Lagoze, Carl; *et al.*, “What Is a Digital Library Anymore, Anyway? Beyond Search and Access in the NSDL”, en *D-Lib Magazine*. Vol. 11, Núm. 11 (2005).
- Maxwell, Terrence A., “Toward a model of information policy analysis”, en *First monday* [em linha]. Vol. 8, Núm. 6 (2003). Disponível na: <http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/1060/980>, [accedido 17.07.2012].
- Meghini, Carlo; Spyratos, Nicolas, Yang, Jitao, “A data model for digital libraries”, en *International Journal on Digital Libraries*, Vol. 11, Núm. 1 (2010), pp 41-56.
- Montviloff, Victor, *Politiques nationales de l'information: manuel concernant la formulation, l'approbation, la mise en œuvre et l'action d'une politique nationale de l'information*, Paris: UNESCO, 1990.

Políticas de informação para bibliotecas digitais...

- Moore, Nick, “Neo-liberal or dirigiste? Policies for an Information Society”, en Rowlands, Ian, ed., *Understanding information policy: proceedings of a workshop held at Cumberland Lodge, Windsor Great Park, 22-24 July, 1996*, London: Bawker Saur, 1997, pp 89-100.
- Morales, Estela, “The information right and the information policies in Latin America”, en IFLA General Conference and Council, 65th, Bangkok, 20-28.08.1999, *On the threshold of the 21st Century: libraries as gateways to an enlightened world* [em linha], disponível na: <http://ifla.queenslibrary.org/IV/ifla65/papers/056-137e.htm>, [acedido 17.07.2012].
- Orna, Elizabeth, *Practical information policies: how to manage information flow in organizations*, 2ª ed. Aldershot: Gower, 1999.
- Overman, E. Sam; Cahill, Anthony G., “Information policy: a study of values in the policy process”, *Review of policy research*, Vol. 9, Núm. 4 (1990), pp 803-818.
- Rowlands, Ian, “Information policy”, en Feather, John; Sturges, Paul, ed., *International encyclopedia of information and library science*, 2nd ed. London; New York: Routledge, 2003a, pp 278-285.
- Rowlands, Ian, “Information policy: complexity, scope and normative structure”, en Hornby, Susan; Clarke, Zoë – *Challenge and change in the information society*, London: Facet Publishing, 2003b.
- Silva, Armando Malheiro da; Ribeiro, Fernanda, *Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*, Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- Smith, Mackenzie; Moore, Reagan W, “Digital archive policies and trusted digital repositories”, en *The international journal of digital curation*, Vol. 2, Núm. 1 (2007), p 92-101.

Biblioteca Digital Académica en Bibliotecología...

Torres Vargas, Georgina Araceli, *La biblioteca digital*, México: UNAM, CUIB, 2005.

United States. President's Science Advisory Committee, *Science, government, and information: the responsibilities of the technical community and the Government in the transfer of information: a report*, Washington, U.S. Government Printing Office, 1963.

Wesley-Tanasković, Ines, *Principes directeurs relatifs aux politiques nationales de l'information: portée, formulation et mise en œuvre*, Paris: UNESCO, 1985.